

AS CASAS DE SOLDADOS COMO ESPAÇOS DE DIVERSÕES, ACOLHIMENTO E SOCIABILIDADES NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Edimar Reni Anísio¹

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, MG, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-5620-1897>

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as casas de soldados enquanto espaços de lazer, acolhimento e sociabilidade durante a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo (Brasil). Tais espaços não apenas ofereciam suporte material e moral aos combatentes, mas também desempenharam papel estratégico no esforço de guerra ao sustentar o moral das tropas constitucionalistas, que lutavam pela reconstitucionalização do país. Apesar das duras condições impostas pelo conflito, as casas de soldados proporcionaram momentos de descontração e recuperação física e emocional, funcionando como verdadeiros polos de convivência e resistência cotidiana. O estudo amplia a abordagem histórica sobre o lazer, compreendendo-o como prática social geradora de vínculos e pertencimentos. As fontes utilizadas incluem periódicos da época, boletins militares e diários de campanha, que revelam a importância desses espaços no desenrolar da guerra.

Palavras-chave: Casas de Soldados. Diversões. Revolução Constitucionalista.

SOLDIERS' HOUSES AS SPACES FOR RECREATION, SHELTER, AND SOCIAL INTERACTION IN THE CONSTITUTIONALIST REVOLUTION OF 1932

Abstract: This article aims to analyze soldier houses as spaces of leisure, shelter, and sociability during the 1932 Constitutionalist Revolution in São Paulo (Brazil). These spaces not only offered material and moral support to combatants but also played a strategic role in the war effort by sustaining the morale of the Constitutionalist troops, who fought for the country's reconstitutionalization. Despite the harsh conditions imposed by the conflict, the soldier houses provided moments of recreation and physical and emotional recovery, functioning as true hubs of daily conviviality and resistance. The study broadens the historical approach to leisure, understanding it as a social practice that generates bonds and a sense of belonging. The sources used include contemporary newspapers, military bulletins, and campaign diaries, which reveal the importance of these spaces in the course of the war.

Keywords: Soldiers' Houses. Amusements. Constitutionalist Revolution.

LAS CASAS DE LOS SOLDADOS COMO ESPACIOS DE RECREACIÓN, REFUGIO Y SOCIABILIDAD EN LA REVOLUCIÓN CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las casas de soldados como espacios de ocio, acogida y sociabilidad durante la Revolución Constitucionalista de 1932 en São Paulo (Brasil). Dichos espacios no solo ofrecían apoyo material y moral a los combatientes, sino que también desempeñaron un papel estratégico en el esfuerzo bélico al mantener la moral de las tropas constitucionalistas, que luchaban por la reconstitucionalización del país. A pesar de las duras condiciones impuestas por el conflicto, las casas de soldados proporcionaron momentos de esparcimiento y recuperación física y emocional, funcionando como verdaderos núcleos de

¹ Doutorando em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Técnico Ambiental da Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, SEMAD-MG, edimatrix2000@yahoo.com.br

convivencia y resistencia cotidiana. El estudio amplía el enfoque histórico sobre el ocio, entendiéndolo como una práctica social generadora de vínculos y sentidos de pertenencia. Las fuentes utilizadas incluyen periódicos de la época, boletines militares y diarios de campaña, que revelan la importancia de estos espacios en el desarrollo de la guerra.

Palabras clave: Casas de Soldados. Diversiones. Revolución Constitucionalista.

Introdução

Para uma melhor compreensão da Revolução Constitucionalista, é preciso entendê-la e situá-la como um desdobramento da Revolução de 1930, ocorrida no Brasil, que teve como ponto central a chegada de Getúlio Vargas ao poder, dando início, assim, ao período provisório do governo getulista.

No Brasil, a Primeira República (1889-1930) foi um período de lutas políticas e econômicas em que vários grupos disputavam o poder (Rodriguez, 2009). Os dois primeiros presidentes foram marechais do Exército, período que ficou conhecido como República da Espada (1889-1894) e serviu para consolidar a república, já que havia o medo de “um retorno ao império” (Saes, 2005).

A partir do presidente Prudente de Moraes, a dinâmica do poder passou a ser a política de valorização do café (Caliari; Bueno, 2010). Houve uma sucessão de três presidentes ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP), defendendo os interesses das elites cafeeiras; posteriormente, houve também presidentes ligados ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Esse período é conhecido como “República do Café com Leite” (Viscardi, 2012; Martins Filho, 1981).

Durante a Primeira República, o sistema político e eleitoral era organizado segundo os interesses das elites agrárias. Essa manipulação política acontecia por meio do coronelismo, do voto de cabresto, dos currais eleitorais, da compra de votos e pela coerção (Lima; Schena, 2011).

A prática do coronelismo diz respeito aos grandes oligarcas e fazendeiros que detinham poderes locais e influenciavam as votações da época (Pinto, 2017). Além disso, o voto não era secreto, ou seja, o eleitor manifestava a intenção de voto no candidato perante a comissão. Assim, os eleitores ficavam expostos diretamente à coerção dos coronéis e seus jagunços. Some-se a isso o fato de que as famílias trabalhavam em suas fazendas, estando, direta ou indiretamente, sujeitas a seus favores. Portanto, o eleitor acabava votando com medo ou pressionado pelos interesses da elite (Queiroz, 2004).

Durante a década de 1920, aconteceram várias revoltas contestatórias da ordem política. Irromperam movimentos armados e sedições em razão do descontentamento com os rumos do país; além disso, outros grupos da sociedade buscavam inserir-se na política, como anarquistas, comunistas, socialistas, sindicalistas e militares (Viscardi, 2012). As revoltas geralmente eram

motivadas por militares, mas a população civil também começava a se movimentar por meio de greves e manifestações com vistas à melhoria dos salários e a condições de trabalho mais dignas.

Durante o ano de 1917, no governo do presidente Wenceslau Brás, irromperam vários movimentos grevistas no Brasil, sendo São Paulo o epicentro do movimento (Toledo, 2017). Nessas greves, reivindicava-se o fim da exploração dos trabalhadores, dos baixos salários, das más condições de trabalho, entre outras reivindicações.

Anos mais tarde, aconteceram as revoltas dos 18 do Forte de Copacabana (1922), a Revolta Paulista (1924), a Comuna de Manaus (1924) e a Coluna Prestes (1925-1927), bem como o banditismo do cangaço no Nordeste do país (Carneiro, 1989). Durante a gestão de Artur Bernardes (1922-1926), o país ficou na maior parte do tempo em estado de sítio.

Na transição do governo Bernardes para Washington Luís, o país estava em situação tensa: havia incertezas políticas devido às interferências tenentistas, à emergência de novos atores políticos advindos das elites burguesas e à incerteza em relação à política de valorização do café e à industrialização nacional (Cano, 2012). Nesse cenário conturbado, assume o último presidente da Primeira República.

No próximo pleito eleitoral para presidente a ser realizado em 1930, contrariando a política do café com leite, Washington Luís apoia o candidato Júlio Prestes, o que levou à formação da Aliança Liberal, organizada por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que lançou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa. O resultado da eleição deu vitória a Prestes, mas o resultado foi contestado por Vargas que, por meio da Revolução de 1930, depôs Washington Luís antes do término do mandato, assumindo a presidência de modo provisório (Maluf, 2009).

Durante o governo provisório de Vargas, houve descontentamentos em São Paulo. Vargas impôs interventores nos estados, sendo o interventor responsável por São Paulo um militar pernambucano. Houve várias trocas de interventores até a nomeação de Pedro de Toledo, civil e paulista. Mesmo assim, havia comícios e manifestações em São Paulo contra o governo, reivindicando a constitucionalização do país, uma vez que, desde a Revolução de 1930, a Constituição de 1891 fora abolida. Em uma dessas manifestações, no dia 23 de maio, após trocas de tiros entre manifestantes paulistas e integrantes da sede do Partido Popular Paulista, simpatizantes de Vargas, quatro jovens foram baleados e mortos. Esse evento foi o catalisador para a Revolução Constitucionalista de 1932 (Maluf, 2009).

Deflagrado o movimento revolucionário no dia 9 de julho de 1932, São Paulo passou a organizar-se para o conflito. Foi feita a convocação de militares e voluntários que comporiam o “Exército Constitucionalista”, força militar que lutaria pelos ideais da revolução frente às tropas legalistas de Vargas.

O conflito de 1932 foi sangrento. Durante as operações de guerra, em todos os setores, pôde-se observar grandes baixas devido às ofensivas das tropas, tanto dos constitucionalistas quanto dos legalistas (A Gazeta, 27 ago. 1932, p. 1; Correio de São Paulo, 15 ago. 1932, p. 1). Houve bombardeios em cidades paulistas com aviões (Diário Nacional, 7 ago. 1932, p. 2; A Gazeta, 4 set. 1932, p. 3), ocupação e defesa de portos (Correio de São Paulo, 19 jul. 1932, p. 1; Diário Nacional, 27 ago. 1932, p. 1), conquistas de territórios (A Gazeta, 1 ago. 1932, p. 4; A Gazeta, 10 ago. 1932, p. 1), entre outros tristes episódios.

A Revolução Constitucionalista chama a atenção, pois a mobilização não era apenas no campo militar, já que milhares de pessoas se desdobraram no esforço da guerra: no preparo de alimentos, na costura de uniformes, na formação de enfermeiras voluntárias e na manutenção da própria indústria (Della Rosa, 2019). Esse esforço visava à vitória do movimento e à reconstitucionalização do país (Maluf, 2009).

Com o desenrolar do conflito e o recrudescimento dos combates, as casas de soldado puderam oferecer às tropas constitucionalistas acolhimento, assistência e suporte logístico. A participação de voluntárias foi fundamental, pois muito mais que preparar comidas e lanches, elas se ofereciam também para acolher e encorajar os combatentes (A Gazeta, 20 jul. 1932, p. 3; A Gazeta, 27 jul. 1932, p. 1; Rodrigues, 1933).

Apesar de uma parcela significativa da população estar empenhada no apoio às tropas da lei, a atuação das casas de soldados é um tema que foi pouco abordado pela historiografia, sendo frequentemente mencionada apenas de forma secundária. Diante disso, surge a questão central: até que ponto as casas de soldados contribuíram para a organização, o bem-estar e a sustentação moral dos voluntários paulistas durante a guerra?

Este trabalho pretende analisar o papel desempenhado por estas casas, evidenciando sua importância para o bem-estar, apoio, sociabilidades e diversões dos voluntários que por lá passavam. Almeja-se ainda identificar como elas foram organizadas e quem eram os responsáveis por sua manutenção, descrevendo os serviços oferecidos nesses espaços.

A importância e a relevância desse estudo se justificam pela lacuna existente na bibliografia que aborda os divertimentos e sociabilidades em tempo de guerra, especificamente no que se refere à Revolução Constitucionalista de 1932, um evento significativo na história brasileira. Assim, pretende-se suprir essa lacuna e contribuir para a ampliação das publicações em história do lazer.

Referencial Teórico

Nos últimos anos, podemos observar uma ampliação do rol investigativo das publicações de estudos do lazer. Assim, assuntos como turismo (Aviz *et al.*, 2025), esportes (Pessoa, 2022; Silva, 2025), inclusão (Beltrame, 2025; Nascimento; Montenegro, 2024), representatividade (Fernandes; Stoppa e Uvinha, 2024), saúde (Barata *et al.*, 2024), meio ambiente (Oliveira; Carvalho, 2024) e outros fazem-se presentes nos buscadores de sites especializados e em grupos de pesquisa.

Apesar disso, alguns campos investigativos ainda precisam de igual atenção no tocante a publicações. Um exemplo disso é o lazer durante os tempos de guerra, para o qual são raras as obras que destacam este fenômeno durante um tempo marcado por adversidades.

Uma das obras que abordam a questão do lazer em tempos de guerra é o livro *Os Soldados do Jazz*. Nele, Saintourens (2017) ressalta o jazz como elemento de diversão e como constitutivo de identidade entre os soldados negros americanos do Harlem que lutaram na Primeira Guerra Mundial.

A ocupação nazista da França durante a Segunda Guerra Mundial é examinada por Alan Riding em seu livro *Paris: a Festa Continuou* (2012). Ele nos mostra como a vida cultural e intelectual francesa permaneceu ativa mesmo com as mazelas da guerra e da ocupação estrangeira (1940-1944). Nessa obra, Riding perpassa temas importantes e caros aos franceses, tais como colaboração e resistência, liberdade e censura, e o antissemitismo em um período de grande turbulência para aquele país.

Também na França e no mesmo contexto da Segunda Guerra Mundial, Kladstrup e Kladstrup (2012), em *Vinho e Guerra*, nos colocam diante da resistência dos vinicultores para defender suas plantações e preservar um dos elementos que contribuíam significativamente para as práticas de sociabilidade e para a cultura francesa: o vinho. Os autores evidenciam como, em meio à ocupação alemã, a defesa das vinhas, das adegas e da produção vinícola também se constituiu como uma forma de resistência, revelando a importância econômica, cultural e simbólica do vinho para a sociedade francesa.

De uma forma mais geral, o lazer também é analisado na Inglaterra por Beaven (2005) como sociedade do estar-estar social desde a época da Revolução Industrial, perpassando os períodos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial.

Os trabalhos do pesquisador Élcio Loureiro Cornelsen (2023) apontam também nessa mesma direção. Analisou-se a organização do lazer em regimes autoritários e totalitários em nações como Portugal, Itália e Alemanha, nas quais o lazer desempenhou um papel

preponderante como elemento promotor de adesão e, ao mesmo tempo, de doutrinação das respectivas populações durante os momentos de fruição.

Em relação ao Brasil, especificamente, Dilton Maynard e Andreza Maynard (2009) trazem um estudo sobre a cidade de Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial. Ambos os pesquisadores apontam que a capital sergipana foi palco de operações por parte das forças armadas dos Estados Unidos, servindo inclusive de base de treinamento para soldados brasileiros antes do embarque para a Itália.

Em seu trabalho, eles dedicam atenção às políticas eugênicas adotadas pelo Estado Novo, à influência dos cinemas nas interpretações do cenário político e dos envolvidos na guerra, bem como à apropriação dos espaços urbanos pelos cidadãos. Assim, os pontos de diversão dos aracajuenses eram os bares, cafés, cinemas e praças, locais onde as pessoas se informavam sobre os acontecimentos da guerra e da política, pois nos cafés “borbulhavam os segredos dos homens de Estado” (Maynard; Maynard, 2009, p. 140).

No campo militar, as publicações em torno do lazer geralmente envolvem as bandas musicais que compõem as instituições e das quais são partes históricas constituídas. A banda de música da Força Pública de Minas Gerais e da Força Pública de São Paulo (Andrade, 1985; Andrade, 1982) são exemplos disso. Possuem também alguns informativos sobre educação física visando à destreza dos corpos para o cotidiano militar (Gois Júnior, 2016).

Durante a Segunda Guerra Mundial, os pracinhas brasileiros, mesmo com o rigor do clima e a rigidez das campanhas militares contra os nazistas na Itália, podiam desfrutar de algum momento de lazer, como brincadeiras, jogos de tabuleiros, cartas e baralhos, rodas de conversa e música (Meron, 2009, p. 51). As músicas, de forma geral, eram o samba e marchas que debochavam dos inimigos, trazendo alívio cômico aos combatentes brasileiros (Dantas, 2019).

Das referências citadas, embora abordem o lazer ou mesmo as manifestações culturais em países durante as guerras, nenhuma traz aprofundamentos sobre os lazers nos *fronts* ou mesmo menciona especificamente a guerra paulista de 1932.

No Brasil revolucionário da década de 1930, descontentes com os rumos da nação e buscando a sua reconstitucionalização, começaram em São Paulo movimentos contestatórios que culminaram na Revolução Constitucionalista. Para tornar possível o esforço da guerra, a sociedade civil organizou as casas dos soldados, que contavam com o apoio de mulheres para seu funcionamento (Schumacher; Brazil, 2006; Rodrigues, 1933). A bibliografia em torno dessas casas dos soldados concentra-se em localizá-las como recurso logístico de apoio à causa constitucionalista, mas não como ponto de diversões e sociabilidades.

Assim, o artigo pretende muito mais que descrever as mulheres que participaram como

voluntárias ou mesmo destacar a função logística das casas de soldados; pretende-se situá-las como locus de diversão e sociabilidade em tempos de adversidades, contribuindo, portanto, para a historiografia do lazer em tempos de Guerra.

Metodologia

Para a realização deste artigo, foi feito um levantamento bibliográfico de artigos, teses e livros que abordassem a Revolução Constitucionalista de 1932. Geralmente, são obras memorialísticas e/ou historiográficas, na grande maioria das vezes produzidas e publicadas em São Paulo, que fazem o registro histórico do conflito.

Como fonte principal, foram escolhidos periódicos de maior alcance e circulação da época: *A Gazeta*, *A Tribuna*, *Correio de São Paulo*, *Diário de São Paulo*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite* e *O Estado de S. Paulo*. Estes jornais podem ser encontrados e acessados na hemeroteca digital², de forma gratuita ou através de assinaturas on-line.

Buscou-se obras que tivessem em sua composição temas ligados ao panorama político, econômico e social da época, além de retratar de forma pessoal, ou seja, através do olhar histórico e testemunhal de quem vivenciou o período. A historiografia chama tal prática de relatos memorialísticos (Pinsky, 2009).

Dentro dessa exigência, encaixaram-se os livros de relatos pessoais ou diários de campanha e os boletins militares: *A Guerra de São Paulo*, de Manoel Osório (1932); *A Resistência do Túnel*, de Guilherme A. de Barros (1933); *Capacete de Aço*, de Affonso de Carvalho (1933); *A Mulher Paulista no Movimento Pró-Constituinte*, de J. Rodrigues (1933); *A República Rio-Grandense e a Guerra Paulista*, de René Thiollier (1935); *Cunha em 1932*, de Clementino de Souza e Castro Jr. (1935); *Tudo pelo Brasil*, de Armando Brussolo (1932); *A Campanha Revolucionária de 1932*, de Luiza P. C. Branco (1934); entre outros, que podem ser usados para evidenciar o cotidiano dos militares e voluntários na guerra.

A operacionalização dessas fontes aconteceu da seguinte forma: primeiramente, os arquivos foram baixados do próprio site da hemeroteca ou do repertório das edições dos jornais; depois disso, foram estratificados, ou seja, foram escolhidos aqueles que mencionassem quaisquer notícias sobre a Revolução Constitucionalista. Em seguida, foram separados por assuntos ligados ao conflito, às mobilizações, aos discursos políticos/militares, às opiniões da população e ao lazer/diversões e às casas dos soldados, sendo posteriormente colocados em

² Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

ordem cronológica em pastas, de modo a melhor estruturar as fontes.

Após a organização cronológica das fontes, procedeu-se à leitura sistemática e à categorização temática dos documentos, buscando-se identificar os conteúdos relativos à experiência de militares e voluntários nas casas de soldados, bem como a maneira como elas foram retratadas nos periódicos da época. A definição desses eixos ocorreu a partir dos próprios conteúdos identificados nas fontes.

Utilizando os conceitos de Pinsky (2009), as notícias foram analisadas dentro de seu contexto de tempo e espaço (p. 10), bem como explicitando os interesses das elites políticas e militares e dos editores de jornais, que eram os responsáveis pela produção e veiculação das notícias, portanto, com seus respectivos vieses. A utilização de conceitos metodológicos na análise de fonte, conforme alerta Pinsky (2009), nos auxilia nas análises, evitando-se o anacronismo.

As casas de soldados: um espaço de acolhimento, sociabilidades e diversões

As primeiras casas de soldados surgiram por meio da Associação Cristã de Moços (ACM) no contexto da Revolução de 1930. Com a Revolução Constitucionalista, essas casas retornam e exercem um papel preponderante nas campanhas militares, qual seja, o atendimento e acolhimento material e espiritual junto às tropas (YCM, 2002, p. 36), oferecendo aos soldados um refrigério em meio aos duros combates.

Em meados de julho, ainda no início do conflito, na cidade de Campinas, algumas pessoas “de conceito” já pensavam em promover uma aproximação mais estreita entre os soldados e a sociedade, proporcionando-lhes todo o conforto de que são merecedores, com a instalação da “Casa do Soldado”, onde eles encontrariam bebidas não alcoólicas, cigarros, colchões e cobertores (O Estado de S. Paulo, 15 jul. 1932, p. 5).

Dias depois, era noticiado que, pela iniciativa da Associação Cristã de Moços, foi fundada uma casa de soldado na Rua Barão de Itapetininga, semelhante às casas de soldado de 1930, cuja finalidade era propiciar aos soldados em trânsito pela cidade um ambiente “alegre e são”, onde eles poderiam passar algumas horas com “distrações agradáveis”. Ao final da reportagem, pedia-se à população que doassem doces, frutas, sanduíches, café, açúcar, cigarros e fósforos (O Estado de S. Paulo, 22 jul. 1932, p. 2).

A preocupação com cobertores e colchões era mais do que justificada, pois São Paulo estava localizada em uma região de temperaturas baixas; em alguns pontos do estado, como nos *fronts* sul (próximos ao Paraná) e no *front* leste, região que abrangia a Serra da Mantiqueira na

divisa com Minas Gerais, as temperaturas chegavam muitas vezes abaixo de zero (Bastos, 1932; Cotta, 2014).

De modo a amenizar as condições climáticas desfavoráveis, várias mulheres voluntárias passaram a produzir luvas de lã, cachecóis e pulôveres que eram destinados aos combatentes. Muitas vezes, as próprias voluntárias, acompanhadas de oficiais, levavam das casas dos soldados aos *fronts* estas peças, sendo essa visita um momento de alegria e conforto (Diário Nacional, 8 ago. 1932, p. 4).

A utilização de vestimentas apropriadas para enfrentar o frio extremo dos turnos, seja nas cidades, seja nos *fronts*, era primordial para manter vivo o espírito combativo e evitar baixas nas tropas. Alguns elementos das tropas constitucionalistas reclamavam do estado geral dos alojamentos:

O dormitório do 2º BCP é comprido, cheio de camas de ferro com imundos colchões magrelos e despidos de lençóis. Causam-me repugnância os travesseiros escuros e os cobertores vermelhos tarjados de preto. Sinto tanto asco pelas camas que prefiro dormir no chão. Faz muito frio; quase não durmo (Pacheco, 1954, p. 13).

De fato, houve baixas por gripes, resfriados, pneumonias, reumatismos e várias outras doenças. Os relatórios médicos do Dr. Juscelino Kubitschek, capitão médico da Força Pública de Minas Gerais, também estacionado nas mediações da Serra da Mantiqueira, relatam o grande número de baixas (Santos, 1933). O longo tempo de permanência nas trincheiras causava também bronquites e disenterias (Cotta, 2002).

As casas de soldados estavam espalhadas por todo o estado e nos entroncamentos para os vários *fronts* de combate. Assim, era fácil encontrá-las na capital (A Gazeta, 2 ago. 1932, p. 2), em Campinas (A Gazeta, 11 ago. 1932, p. 2), em Cruzeiro (A Gazeta, 7 set. 1932, p. 5), em Guaratinguetá (A Gazeta, 19 jul. 1932, p. 4), em Lorena (O Estado de S. Paulo, 24 ago. 1932, p. 4), em Pirassununga (O Estado de S. Paulo, 27 ago. 1932, p. 5), entre outras localidades.

Muito mais que um ponto logístico, ou seja, um local onde os militares e voluntários se encontravam para reabastecer e seguir para as linhas de frente, as casas do soldado eram locais onde eles recebiam acolhimento e conforto moral por parte de voluntárias que lá trabalhavam. Nesse aspecto, é necessário fazer o elogio à figura das mulheres que estiveram presentes integralmente na revolução.

No início do século XX, a figura da mulher geralmente estava associada ao lar e ao cuidado dos maridos e dos filhos, ressaltando a figura da mulher esposa-mãe-dona-de-casa (Schneider; Schemes, 2021). Ao longo desse século, de forma lenta, porém gradual, algumas posições foram conquistadas, como, por exemplo, a ocupação de funções laborais como educadora ou auxiliar na prestação de serviços que geralmente eram encabeçados por homens

(Santos, 2009).

Já na década de 1930, elas incorporaram avanços em suas conquistas como trabalhos em fábricas, serviços de telefonia, radiofonia, além de hospitais, clínicas, manicômios e sanatórios (Venâncio, 2001, p. 194). Na Europa, desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), elas já substituíam os homens nas fábricas e em vários “serviços pesados”, além de atuarem como voluntárias (Neves, 2015; Daróz, 2023).

A participação de mulheres como voluntárias tem sido objeto de estudos por vários pesquisadores que se debruçam sobre a Revolução Constitucionalista. Já em 1933, J. Rodrigues dizia:

As senhoras e senhoritas paulistas, sem distinção de classe, foram as primeiras a mobilizar-se. Na capital, como no interior, elas se multiplicaram a fim de que aos soldados da lei nada faltassem. Damas que sempre viveram no conforto de seus lares, correram ombro a ombro com as filhas do povo, para as cozinhas a fim de preparem com suas mãos o rancho da tropa. Nas casas de costura, na cruz vermelha, na casa dos soldados nos departamentos de assistência civil, nos hospitais de sangue, em toda parte, enfim, a mulher paulista foi espartana (Rodrigues, 1933, p. 8).

Castro (2024) traz também em sua obra importantes contribuições das mulheres paulistas durante a revolução. Com algum treinamento rápido e com o espírito voluntário, essas mulheres sentiam alegria em servir e dar a sua cota à causa cívica (A Gazeta, 2 ago. 1932, p. 2; Correio de São Paulo, 19 jul. 1932, p. 4).

Schumacher e Brazil (2006) retratam alguns exemplos de mulheres que se destacaram na luta constitucionalista, como Adélia de Oliveira Rosa, que atuou na costura de uniformes e foi enfermeira voluntária (p. 26); Fanny Whately, que era diretora da casa do soldado em Cruzeiro (p. 281); e várias outras que se destacaram no campo político, por meio da luta pelo voto feminino.

Muitas dessas mulheres voluntárias, enfrentando rotinas extenuantes, cuidavam da alimentação dos soldados e os confortavam com incentivos à luta pela causa constitucional. Os periódicos traziam chamadas nas quais retratavam: “A casa do soldado como principal ponto preferido dos voluntários que se acham na cidade e isso pode ser comprovado pela frequência com que lá vinham e eram tratados com carinho pelas moças e moços” (A Gazeta, 5 ago. 1932, p. 2).

Além de alimento, repouso e palavras confortantes, as casas de soldados ofertavam também diversões. Dentro de suas limitações e contando com o beneplácito das doações da população, era possível aos soldados da lei desfrutar de alguns jogos e entretenimentos. Essas casas eram pontos de reuniões, ou seja, de sociabilidades entre soldados que estavam em direção aos *fronts* ou mesmo em serviços pela cidade.

A casa do soldado instalada na Rua da Quitanda, assim como outras pelo estado de São

Paulo, era um ponto de reunião dos soldados constitucionalistas, onde, além de conversar e descansar, eles poderiam também desfrutar de agradáveis divertimentos. A casa contava com uma seção de correspondência, sala de leituras e jogos. Também possuía boas mesas para jogos como pingue-pongue, bilhar, entre outros (A Gazeta, 29 set. 1932, p. 2).

Uma das principais atividades de lazer que os soldados tinham durante as campanhas militares, em seus momentos de descanso e de não combate, era ler e escrever cartas. As cartas, muito mais que meios de comunicação, podiam trazer paz e conforto para os combatentes e seus familiares num momento de grande intensidade emocional (Bottallo, 2007, p. 12).

O voluntário François Bottallo teve suas cartas publicadas em forma de livro por seu neto Eduardo Domingos Bottallo. Nesse livro, o voluntário narra momentos de alegria, de saudades, de expectativas e de esperança em um futuro melhor e justo. Recebeu duas promoções em campanha, tendo terminado o conflito com o posto de 3º sargento (Bottallo, 2007, p. 25). O recebimento de uma correspondência por um militar ou voluntário significava, além de tudo, um momento de ternura que os confortava em face da dureza dos conflitos (p. 11).

As cartas eram escritas pelos próprios militares e enviadas pelo serviço postal, que era uma das atribuições do M.M.D.C. (acrônimo de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, quatro manifestantes paulistas mortos em 23 de maio de 1932, cujas mortes antecederam a Revolução Constitucionalista de 1932), a milícia civil que organizava toda a parte logística e estratégica civil da guerra. Além disso, os jornais disponibilizavam colunas em seus editoriais para que fossem escritas cartas para familiares e de familiares para combatentes (Correio de São Paulo, 1 ago. 1932, p. 1; Diário Nacional, 24 set. 1932, p. 4).

Os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite*, *A Gazeta* e o *Correio de São Paulo* colocavam, no final de suas páginas, sempre uma menção de que, “ao ler o jornal, o remetessem ao *front*, para que os soldados pudessem ter acesso às notícias”. O que mostra o gosto pela leitura, pois, através dos jornais, os próprios elementos das tropas constitucionalistas tinham notícias dos grandes feitos e acompanhavam o desenrolar dos combates (A Gazeta, 11 jul. 1932, p. 1; O Estado de S. Paulo, 1 ago. 1932, p. 4; Folha da Manhã, 24 jul. 1932, p. 1).

A leitura e a escrita eram tão apreciadas pelos combatentes que levaram as voluntárias a fazerem a chamada Biblioteca da Caridade, que consistia em livros e revistas e material para escrita que podiam ser doados e coletados para serem usados nas casas de soldado, de modo a propiciar distrações aos soldados que lá estivessem (Folha da Noite, 16 ago. 1932, p. 3; Correio de São Paulo, 15 ago. 1932, p. 2).

Acompanhando a gravidade dos conflitos e de modo a suavizar as carências que as tropas

constitucionalistas enfrentavam, criou-se, por parte da Instrução Artística do Brasil (IAB), *kits* de lanches que ficaram conhecidos como “lanche expresso”, sendo compostos por 1 sanduíche, 2 bananas, 1 laranja, 1 ovo cozido, 1 doce, porção de sal, porção de bolachas e porção de balas, distribuídos em um armazém por um grupo de moças (Giudice; Gutemberg, 2018).

Imagem 1 – Casa do Soldado da Associação Cristã de Moços



Fonte: A Gazeta, 27 jul. 1932, p. 4.

As casas de soldado não eram exclusividade dos paulistas. As tropas getulistas também, inseridas nas mazelas da guerra, contavam com o apoio dessas casas, assim como os paulistas, para ter apoio logístico e um ponto de acolhida. Com relação a Minas Gerais, por exemplo, um grupo de professoras voluntárias angariava doces e cigarros para os combatentes (Minas Gerais, 30 jul. 1932, p. 3). Esses cigarros e doces eram retirados de escolas ou de quaisquer outras repartições que pudessem ser utilizadas como apoio às tropas mineiras (Minas Gerais, 18 ago. 1932, p. 2).

Realizavam-se também alguns festivais em prol da casa do soldado, de modo a coletar doações em forma de alimentos, doces, cigarros e até mesmo dinheiro. Assim, eram feitas rifas, saraus e eventos beneficentes nos quais os lucros eram destinados ao acolhimento das tropas constitucionalistas (O Estado de S. Paulo, 5 ago. 1932, p. 4). Estes eventos também eram oportunidades para diversão e sociabilidades; geralmente, quem os organizava eram as mulheres, por meio de movimentos como a Liga Feminina Cristã, a Liga Feminina de Defesa, a Liga das Senhoras Católicas, a Federação Internacional Feminina, entre outros (Giudice; Gutemberg, 2018).

Foram organizados vários eventos esportivos (A Gazeta, 13 ago. 1932, p. 4), saraus

beneficentes (A Gazeta, 20 ago. 1932, p. 4), exposições artísticas (Correio de São Paulo, 24 ago. 1932, p. 2), exhibições de filmes (A Gazeta, 2 ago. 1932, p. 4), leilões (O Estado de S. Paulo, 5 set. 1932, p. 2), quermesses (Folha da Manhã, 3 set. 1932, p. 5), teatros (Folha da Manhã, 27 jul. 1932, p. 5) e espetáculos em geral, cujos lucros eram convertidos para os custos da guerra e também para os auxílios aos desamparados, como era, por exemplo, o caso da Associação de Órfãos (A Gazeta, 1 ago. 1932, p. 4).

De uma forma ou de outra, mesmo com os rigores da guerra e suas limitações, as casas dos soldados e os vários voluntários puderam experimentar diversões, acolhimentos e sociabilidades. Os combatentes sempre se mostraram agradecidos pela acolhida e pelos alimentos recebidos, o que era destacado nos periódicos e em seus diários de campanha (O Estado de S. Paulo, 15 jul. 1932, p. 1; Barros, 1933; Osório, 1932). Algumas vezes, pessoas que não lutavam na guerra aproveitavam-se dessa acolhida (Correio de São Paulo, 27 jul. 1932, p. 3).

Considerações Finais

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um dos principais episódios da história política nacional. Destacou-se não apenas a mobilização militar, mas toda a população, que, cada um a seu modo e dentro de suas possibilidades, pôde dedicar-se voluntariamente à causa. Nesse contexto, mesmo com as dificuldades da guerra, como bombardeios em cidades paulistas com aviões, invasões de cidades por parte das tropas getulistas, a fome, o frio e o medo, entre outros tristes episódios, foi possível, dentro desses limites, que as casas de soldado oferecessem aos voluntários acolhimento, sociabilidades e diversões.

O papel desempenhado pelas casas dos soldados foi fundamental para a resistência paulista frente ao avanço das tropas getulistas, contribuindo para o bem-estar e o apoio moral aos combatentes que, ao desfrutar de alguns dias de descanso e diversão, podiam empenhar-se na campanha militar.

As casas de soldados, organizadas pela sociedade civil paulista e tendo em seu plantel “heroínas paulistas” que se desdobravam em ligas femininas para proporcionar aos soldados alimento, cuidados e acolhimento, impactaram diretamente o moral dos combatentes, que sempre agradeciam a cortesia, sendo, portanto, evidenciadas e tratadas pelas reportagens como de grande importância (Diário Nacional, 29 set. 1932, p. 2; Diário Nacional, 4 set. 1932, p. 4).

Os combatentes que lutaram na guerra, militares ou voluntários, além de narrarem seus feitos, mostraram-se agradecidos pelo esforço a eles dispensado, seja pelas casas de soldados, seja pelas mulheres que cozinham e costuraram seus uniformes, pelo M.M.D.C.

e pela sociedade civil (Carvalho, 1933; Thiollier, 1935; Brussolo, 1932; Branco, 1934).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Euclides. **A força pública de São Paulo**: esboço histórico (1831-1931). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1982.

ANDRADE, Paulo René de. **Origens históricas da Polícia Militar de Minas Gerais** (1831-1900). Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1985.

AVIZ, Paulina Pereira de. *et al.* Lazer, turismo e história: os espaços de lazer na Belle Époque de Antônio Lemos em Belém-PA (1897-1911). **Licere**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 1-20, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2025.59150>

BARATA, Jéssica Cristina Lobo. *et al.* Lazer e saúde mental no contexto da pandemia da covid-19: algumas lições aprendidas. **Licere**, Belo Horizonte, v. 27, n. 4, p. 1-18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2024.57304>

BARROS, Guilherme de Almeida. **A resistência do Túnel**: revolução de julho de 1932. São Paulo: Editora Piratininga, 1933.

BASTOS, Joaquim Justino Alves. **Palmo a palmo**: a luta no sector sul. São Paulo: Imprensa Paulista, 1932.

BEAVEN, Brad. **Leisure, citizenship and working-class men in Britain, 1850-1945**. Manchester: Manchester University Press, 2005.

BELTRAME, André Luís Normanton. Lazer e deficiência: um diálogo com os disability studies. **Licere**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 1-22, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2025.61089>

BOTTALLO, Eduardo Domingos. **Cartas de (e para) um combatente**. Santo André: Ed. Alpharrabio, 2007.

BRANCO, Luiza P. C. **Campanha revolucionária**. São Paulo: SCP, 1934.

BRUSSOLO, Armando. **Tudo pelo Brasil**: diário de um repórter sobre o movimento constitucionalista. São Paulo: Editora Paulista, 1932.

CALIARI, Thiago; BUENO, Newton Paulo. O ciclo do café durante a República Velha: uma análise com abordagem dinâmica de sistemas. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 507-542, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-63512010000300004>

CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 79-90, 2012. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1179>. Acesso em: 09 out. 2026.

CARNEIRO, Glauco. **História das revoluções brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989.

CARVALHO, Francisco Affonso de. **Capacete de Aço**: cenas da luta do exército de leste no Valle do Parayba. Prefácio do General Gois Monteiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

CASTRO, Luciana. **Mulheres virtuosas e corajosas na revolução de 1932**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.

CASTRO JÚNIOR, Clementino de Souza e. **Cunha em 1932**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.

CORNELSEN, Écio Loureiro. Lazer sob jugo autoritário ou totalitário. **Licere**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1-24, 2023. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2023.48220>

COTTA, Francis Albert. As trincheiras da Mantiqueira: os embates da Brigada Sul na Revolução constitucionalista. **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 16, n. 54, p. 67-90, jul./dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.51912/alf.v17i54.120>

COTTA, Francis Albert. **Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

DANTAS, Wanderson Ramonn Pimentel. Do Springfield ao violão, do morteiro ao pandeiro: sambas, marchas e reminiscências nas canções compostas por integrantes do Regimento Sampaio da Força Expedicionária Brasileira em 1945 e 1966. **Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 1-25, 2019.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. Guerra, gênero e trabalho: as mulheres belgas na Primeira Guerra Mundial. **Revista do IGHMB**, ano 82, n. 110, p. 23-47, 2023. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/ighmb/article/view/3680>. Acesso em: 09 out. 2026.

DELLA ROSA, Ricardo. **Revolução de 1932**: a história da guerra paulista em imagens, objetos e documentos. São Paulo: Livros de Guerra, 2019.

FERNANDES, Adriano Carlos Nunes; STOPPA, Edmur Antônio; UVINHA, Ricardo Ricci. Gênero e lazer: uma revisão bibliográfica sobre os usos e as representações dos corpos dissidentes nas publicações científicas. **Licere**, Belo Horizonte, v. 27, n. 4, p. 1-25, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2024.57292>

GIUDICE, Camila; GUTEMBERG, Rodrigo. **História e arte: o relicário da Revolução de 32**. São Paulo: Ed. Matarazzo, 2018.

GOIS JÚNIOR, Edvaldo. Nacionalismo, educação física e missão francesa na Força Pública de São Paulo: uma comunidade imaginada (1906-1913). **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 1023-1032, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-55092016000401023>

KLADSTRUP, Don; Kladstrup, Petie. **Vinho e guerra: os franceses, os nazistas e a batalha pelo maior tesouro da França**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

LIMA, Ederson Prestes Santos; SCHENA, Denilson Roberto. **História**. Curitiba: Instituto Federal de Educação IFPR, 2011.

MALUF, Nagiba Maria Rizék. **Revolução de 1932: o que foi, por que foi?** São Paulo: Global, 2009.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. **A economia política do café com leite (1900-1930)**. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

MAYNARD, Dailton Cândido Santos; MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Dias de luta: traços do cotidiano em Aracaju (1939-1945). **OPIS**, Catalão, v. 9, n. 12, p. 138-154, jan./jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.5216/o.v9i12.9445>

MERON, Luciano Bastos. **Memórias do front: relatos de guerra de veteranos da FEB**. 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

NASCIMENTO, Aline Amorim do; MONTENEGRO, Gustavo Maneschy. A produção do conhecimento sobre lazer e pessoas com deficiência. **Licere**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 1-23, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2024.54915>

NEVES, Helena. Mulheres na Primeira Guerra Mundial: mudança e permanências. **Respublica**, Lisboa, n. 14, p. 1-15, 2015. Disponível em: <https://research.ulusofona.pt/pt/publications/mulheres-na-primeira-guerra-mundial-mudan%C3%A7a-e-perman%C3%Aancia-8/>. Acesso em: 09 out. 2026.

OLIVEIRA, Alex Luís Amaral; CARVALHO, Frederico Mendes de. Lazer na natureza: o ecofolia no Parque Estadual do Limoeiro. **Licere**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2024.53448>

OSÓRIO, Manoel. **A Guerra de São Paulo, 1932: esboço crítico do maior movimento armado no Brasil**. São Paulo: Empresa Editora Americana, 1932.

PACHECO, José de Assis. **Revivendo 32: voluntário do Batalhão 14 de julho – Exército Constitucionalista Setor Sul**. São Paulo: [s.n.], 1954.

PESSOA, Vitor Lucas de Faria. **A história do esporte no ensino superior brasileiro de 1905 a 1930**. 2022. 195 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2009.

PINTO, Liliane Faria Corrêa. Coronelismo: uma análise historiográfica. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 1-20, 2017. DOI: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2017.v23.20858>

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 155-190. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 1).

RIDING, Alan. **Paris: a festa continuou: a vida cultural durante a ocupação nazista, 1940-44**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RODRIGUES, J. **A mulher paulista no movimento pró-constituente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. A instabilidade política na Primeira República brasileira. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, n. 3, p. 1-12, 2009.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A república e a espada: a primeira década republicana e o florianismo**. 2005. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SAINTOURENS, Thomas. **Soldados do Jazz: os heróis negros do Harlem na Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Vestígio, 2017.

SANTOS, Aline Tosta dos. A construção do papel social da mulher na Primeira República. **Em Debate**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-10, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14404/14404.PDF>. Acesso em: 09 out. 2026.

SANTOS, Edmundo Lery. **Relatório da Brigada Sul – Setor do Túnel**. Força Pública de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933.

SCHEMES, Claudia; SCHNEIDER, Luana Priscila Ribeiro dos Santos. Lugar de mulher: as representações femininas nos periódicos brasileiros nos anos 1930. **Estudios Históricos**, Uruguai, n. 26, 2021. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/26/eh2609.pdf> Acesso em: 13 out. 2026.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues. Grajahú Tennis Club na produção do espaço urbano do Grajahú, a “Copacabana Moderna” (1925-1937). **Licere**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 1-24, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2025.61069>

THIOLLIER, René. **A República Rio-Grandense e a Guerra Paulista de 1932**. São Paulo: Alarico, 1935.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942017000200011>

VENÂNCIO, Gisele Martins. Lugar de mulher é... na fábrica: Estado e trabalho feminino no Brasil (1910–1934). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 175-200, 2001.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

YCM – ACM. **ACM São Paulo 1902-2002**: 100 anos servindo a juventude. São Paulo: Terra, 2002.

Fontes

- A Gazeta, São Paulo, 11 de julho de 1932, p. 1.
- A Gazeta, São Paulo, 19 de julho de 1932, p. 4.
- A Gazeta, São Paulo, 20 de julho de 1932, p. 3.
- A Gazeta, São Paulo, 27 de julho de 1932, p. 1.
- A Gazeta, São Paulo, 27 de julho de 1932, p. 4.
- A Gazeta, São Paulo, 1 de agosto de 1932, p. 4.
- A Gazeta, São Paulo, 2 de agosto de 1932, p. 2.
- A Gazeta, São Paulo, 2 de agosto de 1932, p. 4.
- A Gazeta, São Paulo, 5 de agosto de 1932, p. 2.
- A Gazeta, São Paulo, 10 de agosto de 1932, p. 1.
- A Gazeta, São Paulo, 11 de agosto de 1932, p. 2.
- A Gazeta, São Paulo, 13 de agosto de 1932, p. 4.
- A Gazeta, São Paulo, 20 de agosto de 1932, p. 4.
- A Gazeta, São Paulo, 27 de agosto de 1932, p. 1.
- A Gazeta, São Paulo, 4 de setembro de 1932, p. 3.
- A Gazeta, São Paulo, 7 de setembro de 1932, p.5.
- A Gazeta, São Paulo, 29 de setembro de 1932, p.2.
- Correio de São Paulo, São Paulo, 19 de julho de 1932, p. 1.

- Correio de São Paulo, São Paulo, 19 de julho de 1932, p. 4.
Correio de São Paulo, São Paulo, 27 de julho de 1932, p. 3.
Correio de São Paulo, São Paulo, 1 de agosto de 1932, p. 1.
Correio de São Paulo, São Paulo, 15 de agosto de 1932, p. 1.
Correio de São Paulo, São Paulo, 15 de agosto de 1932, p. 2.
Correio de São Paulo, São Paulo, 24 de agosto de 1932, p. 2.
Diário Nacional, São Paulo, 7 de agosto de 1932, p. 2.
Diário Nacional, São Paulo, 8 de agosto de 1932, p.4.
Diário Nacional, São Paulo, 4 de setembro de 1932, p. 4.
Diário Nacional, São Paulo, 27 de agosto de 1932, p. 1.
Diário Nacional, São Paulo, 24 de setembro de 1932, p. 4.
Diário Nacional, São Paulo, 29 de setembro de 1932, p.2.
Folha da Manhã, São Paulo, 24 de julho de 1932, p. 1.
Folha da Manhã, São Paulo, 27 de julho de 1932, p. 5.
Folha da Manhã, São Paulo, 3 de setembro de 1932, p. 5.
Folha da Noite, São Paulo, 16 de agosto de 1932, p. 3.
Minas Gerais, Belo Horizonte, 30 de julho de 1932, p. 3.
Minas Gerais, Belo Horizonte, 18 de agosto de 1932, p. 2.
O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 de julho de 1932, p. 1.
O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 de julho de 1932, p. 5.
O Estado de São Paulo, São Paulo, 22 de julho de 1932, p. 2.
O Estado de São Paulo, São Paulo, 1 de agosto de 1932, p. 4.
O Estado de São Paulo, São Paulo, 5 de agosto de 1932, p. 4.
O Estado de São Paulo, São Paulo, 24 de agosto de 1932, p. 4,
O Estado de São Paulo, São Paulo, 27 de agosto de 1932, p. 5.
O Estado de São Paulo, São Paulo, 5 de setembro de 1932, p. 2.

NOTA DO AUTOR

Declaração de conflito de interesses

O presente estudo não possui conflitos de interesse.

Histórico de Edição
Submissão: 03/01/2026
Aceite: 09/10/2026